

O MUTIRÃO E A CONSTRUÇÃO DO COLETIVO NO ASSENTAMENTO PAULO GOMES (ITAPURANGA-GO)

THE MUTIRÃO AND THE CONSTRUCTION OF THE COLLECTIVE IN THE SETTLEMENT PAULO GOMES (ITAPURANGA-GO)

Genildo Francisco da Costa

Universidade Estadual de Goiás, Campus Itapuranga – Goiás

genildofcosta@hotmail.com

Ana Carolina de oliveira Marques

Universidade Estadual de Goiás, Campus Itapuranga – Goiás

carol.geografia@hotmail.com

RESUMO: Este texto é um fragmento do trabalho de conclusão do Curso de Geografia, veicula, portanto, uma proposta de leitura geográfica da prática espacial do mutirão no Pré-Assentamento Paulo Gomes, no município de Itapuranga – Goiás. O objetivo foi expressar, via desenhos, as experiências pelas quais os assentados têm edificado o coletivo como valor fundamental das práticas espaciais no interior do assentamento, e quais sentidos são dados ao Cerrado nesse movimento.

Palavras-chave: Ajuda mútua, movimento social, prática espacial, solidariedade.

Abstract: This text is a fragment of the work of conclusion of the Course of Geography, it carries, therefore, a proposal of geographic reading of the space practice of the mutirão in the Pre-Settlement Paulo Gomes, in the municipality of Itapuranga - Goiás. drawings, the experiences by which the settlers have built the collective as the fundamental value of the space practices inside the settlement, and what senses are given to the Cerrado in this movement.

Keywords: Mutual help, social movement, space practice, solidarity.

Introdução

Este trabalho apresenta como tema o Mutirão e a construção do coletivo no Pré-assentamento Paulo gomes (Itapuranga, Goiás), entendendo a coletivização, a solidariedade e a autonomia como princípios da produção de “territórios dissidentes” (SOUZA, 2015), ou seja, territórios que desafiam o modo civilizatório capitalista e produzem práticas espaciais outras, concomitante à construção de outra relação homem/mulher-natureza.

O objetivo geral do trabalho foi, nesse sentido, representar, com o recurso do desenho, experiências e espaços sociais de coletivização no PA Paulo Gomes, partindo dos

Building the way

seguintes questionamentos: Como se configuram os espaços de coletivização no assentamento Paulo Gomes? Que novos elementos aparecem em relação às experiências camponesas tradicionais de ajuda mútua?

Temos como hipótese: o mutirão se apresenta como um mecanismo acionado (e atualizado) para a construção dos espaços de coletivização no PA Paulo Gomes, evocando outro olhar para a natureza e para o trabalho.

O percurso da pesquisa se deu conforme os seguintes procedimentos metodológicos: fundamentação teórica, trabalhos de campo (com a metodologia da caminhada transversal), produção dos desenhos e redação do texto.

O texto se estrutura em três seções. Primeiro, evoca-se a experiência do (primeiro) autor no tema pesquisado, ou seja, sua participação em mutirões, entendendo a urgência de pesquisas que dialoguem imediatamente com a experiência dos sujeitos (ALVES, 2000). Segue-se com o referencial teórico, a exposição crítica dos desenhos elaborados e outras interpretações provocadas pelos desenhos.

1. O sujeito da pesquisa no movimento da história

Relato de experiência:

No processo de pesquisa, não só os conteúdos relatados pelos sujeitos com os quais tivemos contato me atravessaram, mas também as minhas memórias.

Nasci no meio rural no fim da década de setenta, no município de Itapuranga, em uma família composta por pai, mãe e cinco filhos, sendo dois homens e três mulheres, dos quais sou um dos mais novos. A moradia na área rural era em alguns casos como meeiro e em outras como arrendatário. Nenhuma destas formas de trabalho eram remuneradas, ou seja, o trabalhador não possuía nenhuma remuneração mensal e, nem tinha seus direitos trabalhistas assegurados para si ou para seus filhos.

Eram contínuas as mudanças das famílias de produtores de uma propriedade para outra, após o tempo de colheita ou de término de produção de determinado produto. Além do tipo de terra que era mais apropriada para a agricultura e dependia do tipo de trabalho que o proprietário da terra estava necessitando para que fornecesse espaços para os trabalhadores

Building the way

realizarem essas tarefas em forma de troca, onde o proprietário cedia a terra e o trabalhador cedia a mão de obra.

As moradias em geral eram em pequenas propriedades, e esses trabalhadores moravam albergados em pequenas casas, ou até mesmo em ranchos de palhas de coqueiro.

A diferença entre um tipo de uso da terra e outro se encontrava principalmente no momento da colheita, pois o meeiro, no final da safra dividida a produção em 50% para ambas as partes e no sistema de arrendo o proprietário da terra recebia uma porcentagem negociada antecipadamente quando do arrendamento da terra, que poderia ser de 15 a 30% do total da produção.

As tarefas no campo eram árduas e contínuas, desde a “ranca de tocos” para a limpeza do terreno para a formação de lavoura, até o final da colheita e o ensacamento ou a colocação em “tuias” dos alimentos colhidos. Em geral os alimentos eram guardados em sacarias de linhagem de um ano para o outro ou em tuias, que eram em forma de grandes caixotes, feitos à mão em madeira lavrada com facão, enxó ou machado, serra manual ou “gurpião”. Possuía uma abertura frontal ou superior bem grande que possibilitava a entrada e saída das sacarias para o armazenamento e a retirada em pequenas proporções para o consumo da semana ou do mês.

O tamanho e o modelo da tuia dependiam do potencial financeiro do proprietário da terra e do tipo de produto que ele armazenava (arroz, feijão e milho). Eram suspensas do chão para evitar umidade e a entrada de roedores e animais peçonhentos como ratos e cobras. Outras eram mais altas e tinham a entrada com tamanho suficiente para encostar as carroças para a entrada e saída das sacarias, cabiam em sobra um homem em pé.

Era o meu lugar preferido para brincadeiras de “putch” e esconde-esconde e de pular nas pilhas de sacaria que serviam de escorregadores e trampolins. Havia a tuia para a guarda de arroz para o uso cotidiano, que era um caixote em tamanho mediano que servia para guardar o arroz com casca para o uso cotidiano, também era suspensa do chão e tinha tampa das mesmas madeiras das quais ela havia sido feita. O arroz era pilado (retirada da casca) no pilão ou na máquina, mas em geral as máquinas eram na cidade e ficavam distantes, então se pilava o arroz no pilão da casa. Nesse mesmo pilão eram feitas as paçocas de carne seca, açafraão, amendoim para pé de moleque e paçoca, milho para canjica, café, mamona para fazer azeite.

Building the way

Após as colheitas do arroz ficavam as hastes do arroz “palhada” que servia de amortecedor de quedas para as brincadeiras de cambalhotas e para jogar bola. Após isto a palhada era batida (roçada) e queimada para ficar como adubo natural para a terra melhorando o novo plantio.

A plantação de milho era feita com cova de enxada ou enxadão por ser roça de toco, em fileiras que tinham em torno de um metro e meio de largura entre uma fileira e outra e sessenta centímetros entre uma cova e outra. A cada duas fileiras era denominado “bêca”. A adubação era feita com esterco de gado e às vezes com adubo industrial, que dependia da condição do uso da terra, pois quando era à meia, era responsabilidade do proprietário da terra de fornecer os insumos que depois descontaria na produção obtida na colheita e quando era arrendo dependia da condição do trabalhador para a compra ou não desse adubo industrial.

A capina das plantações era feita com enxada por causa dos tocos que não permitiam a carpideira com trabalho animal. Quando era feito em roça arada, por animal ou trator havia a possibilidade de utilização da carpideira para a retirada dos matos, o que facilitava a limpeza das fileiras do milho, melhorando a produtividade.

Tudo isto era feito em ciclos de produção entre a colheita e o novo plantio. Nesse intervalo os trabalhadores procuravam outro tipo de trabalho para se manterem até o início do outro plantio, que era denominado empreitas onde se realizavam trabalhos de roçagens, aceiros, cercas, pontes, etc. Essa dependência do trabalho assalariado foi se intensificando ao longo do tempo. Ocorria ali a gestão da figura do “bóia fria”.

Esse tipo de trabalho temporário e esporádico era imprescindível para o sustento da família no meio rural, isto devido à necessidade de vestimentas, utensílios domésticos e até mesmo ferramentas para o uso nas lavouras, em alguns casos até mesmo para a obtenção de alimentos, pois nem sempre a colheita era suficiente para manter a despesa da família até a próxima safra.

Era um tipo de trabalho no qual se saía de casa muito cedo, levando consigo uma marmita com comida previamente feita no dia anterior ou no início da madrugada. Era muito raro ter condições de lugar que pudesse aquecer essa comida, daí deriva o nome de boia-fria, função que exerci desde os doze anos, passando por toda a adolescência até quando fui morar na cidade, já com vinte e cinco anos.

Building the way

Em geral os trabalhos eram por empreita: atividade específica para a qual havia o contrato pelo trabalho, independentemente de quanto tempo duraria para ser feito, podendo ser feito em dias ou meses, já a tarefa poderia ser combinada de acordo com o tamanho do trabalho que seria prestado e ao terminar não havia a necessidade de permanecer o restante do dia no local. Outra forma era o pagamento diário pelo trabalho (por dia), que correspondia ao tempo que fosse necessário em dias para se cumprir o trabalho contratado.

Durante o período de infância, morávamos na localidade em que ele era contratado como vaqueiro (peão), que tinha sob sua responsabilidade o cuidado com os animais e a tiragem do leite de manhã. Nestes períodos meu pai era assalariado nas propriedades rurais, porém não tinha carteira assinada e suas funções de vaqueiro lhe permitiam ter um espaço entre a tiragem de leite e o recolhimento dos bezerros para os piquetes e para o curral. Nesse espaço ele obtinha contrato de empreita de roçagem, colheita manual de feijão, arroz, milho e outras tarefas que aparecessem e os filhos ajudavam nesses trabalhos como forma de obter recursos para o sustento da família.

A escola ficava a oito quilômetros de casa e não havia uniforme fornecido pela escola e sim comprado pelos pais, mas o custo era altíssimo e isto dificultava que as crianças estivessem uniformizadas. Esse percurso era feito à pé por mim e pelos meus outros quatro irmãos e, outros filhos de agricultores que moravam nas proximidades ou em outras propriedades. Eram oito quilômetros de ida e oito quilômetros de volta, e os objetos eram transportados em “embornal”, capangas, feitos pelas mães ou costureiras. Em dias de chuvas, havia a solução de usar os sacos de açúcar para que não molhassem os materiais de escola (caderno, borracha, lápis, cartilha). As aulas eram das sete às onze e depois do retorno da escola às tarefas de empreita já estavam com as ferramentas todas amoladas esperando pelas nossas mãos para contribuírem.

Ao concluir o ensino fundamental na escola rural, não havia condições financeiras de arcar com o deslocamento para a cidade para fazer o ensino médio e a solução encontrada foi ir para a cidade junto com filhos de outros agricultores, em caminhão $\frac{3}{4}$, onde éramos transportados na carroceria, fechado nas laterais e em cima com lona, com bancos de madeira. Saindo das casas às cinco horas da manhã e retornando da escola em torno de meio dia e meia. Para dar continuidade aos estudos, realizei durante três anos os trabalhos de empreita, por dia e por tarefa para ter condições de comprar livros e uniformes e manter os gastos com o

Building the way

estudo. Desta maneira consegui concluir o ensino médio (2003), ficando sem acesso à escolarização de nível superior até 2015, quando ingressei no curso de geografia da UEG Itapuranga.

As crianças em geral não iam para a escola e tinham as obrigações cotidianas da vida rural como função de ajudar as famílias. Poucos foram os filhos de trabalhadores que tiveram acesso ao ensino formal.

Nos afazeres cotidianos as crianças ajudavam na colheita da mandioca para fazer farinha, polvilho e beijú. O milho era guardado no paiol e eram contados os balaies e os carros, pois um carro de milho era equivalente a quarenta balaies. O transporte era feito da roça para as tuias em carro de boi. O que restava da roça de milho era considerado palhada, na qual eram soltos os animais para consumirem o restante de milho que não haviam conseguido colher.

Havia a permuta de dias de trabalhos entre trabalhadores rurais que eram vizinhos, isto para quem tinha condições de dar alimentação aos trabalhadores nos dias de trabalho. Havia também os mutirões ou “digitórios” para darem conta de suas lidas diárias, ou seja, eram trabalhos cumpridos coletivamente entre vizinhos e parceiros de outras comunidades e até mesmo gente que vinha da cidade para ajudar a cumprir determinada tarefa que era necessária para aquele trabalhador rural. É um trabalho voluntariado, sem a presença de dinheiro de nenhum dos lados, onde tudo é feito pela boa vontade de ajudar o outro a concluir alguma tarefa que ele sozinho não conseguiria e que em muitos casos não tinha condições financeiras de pagar para fazer.

Quando o trabalhador tinha condições de arcar com a alimentação dos dias de trabalho (café da manhã, almoço, merenda e jantar) era denominado “mutirão”, inclusive era de responsabilidade do trabalhador todas as ferramentas e utensílios que fossem necessários para cumprir a tarefa.

No entanto, quando o trabalhador não possuía condições de arcar com as alimentações e mesmo com os utensílios para cumprirem a tarefa necessária, algum líder local organizava a “TREIÇÃO” ou “TRAIÇÃO”, onde tudo era articulado entre as pessoas que participariam da traição, sem que o trabalhador rural soubesse que eles estavam se organizando para ajudar a cumprir determinada tarefa, ou seja, tudo era feito às escondidas do trabalhador.

Building the way

A organização era feita durante a semana e se reuniam na sexta feira na casa do líder, esperava passar da meia noite para chegarem na casa do recebedor da traição. Chegavam calados ao pé da janela do dono da casa, cantando com violas, sanfona, a música avisando que haverá a treição no dia seguinte. O dono da casa, responde ao refrão da música para abrir a porta e receber os seus companheiros de trabalho do dia seguinte. Ao abrirem a porta, cantam algumas canções e depois voltam para suas casas para que na manhã seguinte comecem as lidas do dia.

Quando se trata de uma família que não possui condições de custear as alimentações, isto é feito em forma de doação entre as pessoas que irão participar, onde cada um doa algum tipo de alimento e a somatória de tudo é o suficiente para arcar com o necessário para o dia de trabalho.

Nos trabalhos há a participação das mulheres e crianças além dos homens, pois ajudam em outras tarefas do dia a dia. As mulheres vão pra cozinha preparar os alimentos que servirão durante o dia,

Tanto o mutirão quanto a treição terminam em festa, com danças, catiras, roda de viola, surgem os namoros, noivados, casamentos e posteriores apadrinhamentos e compadrios, pois os trabalhadores se tornam compadres dos filhos gerados nesses envolvimento.

2. Território, Campesinato e Movimento Social no Cerrado brasileiro

Adiantamos que o Cerrado é neste trabalho compreendido muito além dos elementos físicos. Estes não são descartados, porém precisam revelar outros elementos, por exemplo: os tipos de usos, sujeitos e conflitos territoriais. Concordamos com Chaveiro e Barreira:

Os componentes como água, solo, relevo, geologia, vegetação participam diretamente dos usos e desdobram em conflitos que, por sua vez, colocam em cena as representações e a ideologização do Cerrado. Ora, o que é o Cerrado para povos que vivem da caça, da coleta e da pesca em relação aos atores que o utilizam para gerar a renda territorial por meio de produtos de exportação em conformidade com os ditames da economia internacional? (CHAVEIRO & BARREIRA, 2010 p.20).

Nesse sentido, a categoria geográfica que mais aproxima dessa abordagem é o território, como conceitua o geógrafo Marcelo Lopes de Souza:

Building the way

O território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, na realidade, é: quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas de identidade entre um grupo social e seu espaço. (1995, p. 78)

Carlos Rodrigues Brandão compreende em seu texto, *Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil*, as diferentes e diversas comunidades rurais existentes do Brasil percebendo que essas vivem diferentes tempos e espaços.

Às vezes parece que as comunidades rurais tradicionais são enfocadas a partir do espaço e da cultura, ao passo que as frentes pioneiras ou de expansão, as áreas de conflito agrário, os acampamentos e assentamentos da reforma agrária são estudados a partir do tempo e da história. (2009, p.35).

O autor afirma que é difícil encontrar um ponto de equilíbrio entre espaço (cultura) e tempo (história), pois eles não coexistem separadamente em sociedades humanas.

Nos mundos rurais, o agronegócio promove mudanças tanto na natureza quanto nos modos de vida. Assim, “altera estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção. Altera – às vezes depressa demais – espaços, terras, territórios, cenários, tempos e paisagens” (BRANDÃO, 2009 p.34). Dessa forma:

As novas tecnologias aplicadas sobretudo à pecuária e à monocultura e, como sua “ciência”, sua lógica e sua ideologia invadem tanto o campo rural quanto todos os outros campos da vida, ora propondo e ora impondo uma outra ética dirigida à criação de saberes, valores, sentimentos e sociabilidades que gerem modos de vida tão “modernos” que terminem, sabendo disso ou não, inteiramente submetidos a essa nova racionalidade. (2009, p.35)

Por um longo período, o Cerrado foi visto sob o olhar do desprezo, porém a partir da década de 1970 com a “expansão da fronteira agrícola” o mesmo torna-se “a região preferida do agronegócio. O avanço da modernização adentra o Cerrado, viabiliza condições de produção agrícola, despontando uma nova geopolítica e novos olhares para o mesmo. Cercado de interesses político-econômicos, o Cerrado é apropriado como fonte de riqueza. Novas representações são construídas daí por diante através do enorme crescimento de pesquisas. São pesquisas que ora o tratam o Cerrado como bioma, domínio morfoclimático, sistema biogeográfico e ecossistema, ora como região, patrimônio cultural, fronteira ou território.

O domínio do Cerrado é o segundo maior do Brasil. [...] Abrange grande área da região Centro-Oeste brasileira como também partes do Norte, Nordeste e Sudeste. O clima é subtropical [sic], semiúmido com duas estações definidas: uma úmida (verão

Building the way

chuvoso) e outra seca (inverno seco). O solo, em grande parte, é deficiente em nutrientes, porém rico em ferro e alumínio. Esses fatores, sobretudo o clima, influenciam um tipo de vegetação peculiar ((CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p.38-39).

Nesse contexto, o Cerrado torna-se importante objeto de pesquisa, e construir novas representações, é

conhecer um objeto é elevá-lo à consciência por meio de uma visão política de mundo, por tanto, cabe pensar e dizer o real não deixando de salientar os conflitos sociais existentes. Assim, sendo cabe observar que as pesquisas científicas envolvendo o Cerrado não são isentas de intencionalidade (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 16-17).

A vivência no Pré-Assentamento Paulo Gomes se deu pautada nessa preocupação: compreender as práticas espaciais de mutirão como atos políticos de afirmação de sujeitos, de seus saberes, da natureza que os cerca e compõe. No próximo tópico, essas vivências estão expressadas em desenhos.

3. A percepção no papel

A área que hoje abriga o Pré-Assentamento Paulo Gomes foi protocolada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2010, depois do conhecimento das irregularidades da propriedade frente à função social da terra. Conquistada a terra, prosseguiu-se com a seleção dos possíveis beneficiários. Como critérios, o movimento tem o tempo de lona (período que a família ficou acampada esperando a disponibilização de um terreno correspondente ou não à área ocupada), o tempo de militância no movimento social e a participação/contribuição nas atividades no interior do próprio acampamento, cujos integrantes são distribuídos em coordenações (de produção, de ensino, de saúde, de segurança etc.).

O Pré-Assentamento Paulo Gomes corresponde a 147 alqueires e tem capacidade para dezessete famílias, mas atualmente abriga somente doze. E todos se conheceram no acampamento, mas pensam em tudo coletivamente para todas as famílias. O auto sustento ainda é prioridade, porém há previsão de ampliar as produções para outras áreas de alimentos (leite, queijo, etc). Não há energia elétrica nas casas do assentamento.

Building the way

Não há ligações políticas desse assentamento com a gestão pública municipal e algumas ações contam com a colaboração de um vereador e da igreja católica, e algumas ações pontuais de docentes da universidade.

A desapropriação da terra só acontece quando ela está improdutiva em oitenta por cento de sua totalidade e nos assentamentos a produtividade deverá então estar acima desses oitenta por cento que justificou sua desapropriação. Devendo cumprir com as leis trabalhistas, cuidar da natureza (ambiental) preservar e conservar as nascentes, produzir coletivamente. As nascentes desse assentamento não estão em boas condições apesar de estarem com as medidas legais de cinquenta metros em torno das margens de vegetação nativa.

O acampamento está dividido em quatro regiões nas quais residem doze famílias, divididos em três partes com quatro famílias cada parte, de forma que o acesso à água é garantido igualitariamente a todos.

No assentamento eles têm reunião a cada oito dias para discutir estratégias de ocupação e organização do coletivo, e trocar ideias de como planejar o desenvolvimento de família e divisão, os assentados também tem uma parceria com a Comissão Pastoral da Terra.

Acessadas essas informações preliminares sobre o histórico e as formas de organização no interior do Pré-Assentamento, partimos para a visita.

No dia seis de abril de 2018, foi realizada uma visita de reconhecimento no assentamento Paulo Gomes, no município de Itapuranga, no Estado de Goiás, com um grupo de um docente e quatro acadêmicos dos cursos de geografia e letras da Universidade Estadual de Goiás do Campus de Itapuranga. Na localidade encontramos cinco pessoas que estavam fazendo a colheita de arroz, no modelo tradicional de colheita coletiva. No qual vimos as características do plantio e obtivemos algumas informações sobre o assentamento: atributos do terreno, quantidade de famílias, tipos de cultivo e manejo da terra.

No município de Itapuranga existem apenas dois assentamentos, enquanto num município vizinho, município de Goiás, este contingente ultrapassa vinte assentamentos.

Em direção ao assentamento Paulo Gomes, o visitante se depara com o primeiro marco espaço que sinaliza uma ruptura na paisagem: da “cancela” em diante, adentramos um “espaço coletivo”, símbolo da luta pela terra, da conquista de trabalhadores.

Building the way



Fotografia 1- Entrada no assentamento, abril de 2018, desenho de Genildo Francisco da Costa.

A bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra se impõe na paisagem, ocupa lugar de destaque, cumpre a função de manter vívida na memória coletiva a gênese e os princípios norteadores da vida que ali se inaugura, mas que convoca uma herança/história das lutas sociais no campo brasileiro. A afirmação do caráter coletivo e histórico da luta pela terra está posta como diretriz na fundação de um assentamento de reforma agrária.

À medida que se percorre o interior do assentamento, outras questões sobressaem nas paisagens, como a capacidade produtiva do assentamento.

No assentamento existem variadas plantações: arroz, mandioca, pimenta e maracujá. As plantas exigem um tipo de solo mais adequado, e que deve ser de acordo com as plantações. Podemos ver e fazer as comparações, o arroz tem por natureza de se produzir em terreno mais férteis e úmido, enquanto os outros com bom acompanhamento do tempo pode ser em terra mais secas.

“Desorientado” na primeira visita ao assentamento, o grupo que ali tentava estabelecer os primeiros contatos com o coletivo do Paulo Gomes, acabou alterando a ordem

Building the way

da visita: entramos pelo lado “errado” do assentamento, não pelo local de moradia (barracas), mas pelo local de trabalho (a roça de arroz), se é que essa separação moradia-trabalho é possível em espaços como aquele.



Fotografia 2- Colheita de arroz em mutirão, abril de 2018 – desenho de Genildo Francisco da Costa

Building the way

Fotografia 3- Mutirão de manuseio da lavoura. abril de 2018 – desenho de Genildo Francisco da Costa

A colheita manual do arroz exige muita mão de obra, portanto é preciso ter preparação de utensílios e alimentação para uma boa colheita. No assentamento existem muitas plantações, por isso que na maioria das colheitas surge o mutirão, que é uma ação de ajuda mútua.

No caso da colheita de arroz, ela deve ser no período de estiagem, nos dias que estão de sol tendo em vista que o arroz germina muito rápido, e ao ser colhido molhado ele germina dentro de três dias começando a surgir ramificações que podem levar à perda do produto.

Segundo relatos dos assentados, ao começarem a colheita, cortam o arroz, juntando os cachos através das hastes (caule) já cortadas, que denominam “bandeiras”, depois essas bandeiras são juntadas formando “gajobas”, ou seja, grandes feixes de arroz que são amontoados e atrelados com uma “jiboia” (corda) para serem levados até a banca para serem batidos, dando prosseguimento à retirada dos grãos dos cachos de arroz. Essa banca está suspensa por troncos (pés) em média de oitenta centímetros acima do chão, é um tablado de madeira talhada de maneira horizontal, com espaços entre uma tábua e outra, para que os grãos

Building the way

caiam na lona. Embaixo dessa banca, antes do chão, está estendida uma lona, na qual ficam os grãos que saem dos cachos.

Quanto à colheita, que é feita em mutirão, não somente pessoas do assentamento comparecem, também outras pessoas são convidadas, em alguns mutirões chega a ter em média trinta pessoas. Após a colheita a divisão de arroz ocorre em partes iguais entre os assentados, e são tirados 5% para o caixa da despesa do assentamento. O plantio foi de oitenta litros de arroz e a previsão de colheita é de cento e vinte a cento e quarenta sacos.

No desenho acima compartilhado, vale destacar não apenas o mutirão para colheita do arroz. É possível, a partir da imagem, explorar os atributos geográficos do sítio (ou micro paisagem) onde está assentado o coletivo Paulo Gomes. Trata-se de um sítio diverso em termos paisagísticos, composto de terrenos planos (exemplo do terreno onde se cultiva o arroz), terrenos de topografia movimentada (serras ao fundo da paisagem representada) e veredas (sugeridas pela presença de palmeiras). Os assentados relataram a demanda do conhecimento geográfico da área do assentamento, dada a importância de definição de atividades produtivas mais adequadas à geografia do terreno e dos arranjos de moradia.

Um aspecto a ser destacado é o papel das mulheres. As mulheres participam dos trabalhos braçais nas plantações de pimentas, na fabricação de doce e outros. Uma delas disse que antes de conhecer o que era um assentamento, achava que todos que ali estavam era pessoas desocupadas, vagabundos, porém, hoje sua visão com relação a assentamento é outra. Aliás, sua trajetória de vida, compartilhada na nossa primeira visita técnica, ilustra os meandros e itinerários cada vez mais complexos que levam os sujeitos contemporâneos aos movimentos sociais, em especial à luta pela terra.

Esta informante da pesquisa nasceu na cidade de Itapuranga, mas foi morar na área rural. Seus pais eram de Minas Gerais. Casou-se e foi para a cidade, onde ficou cuidando dos afazeres de casa e dos filhos. Não teve oportunidade de estudar e fazer uma faculdade quando jovem, concluiu a sétima série na escola José Pereira de Faria, e Colégio Deputado Jose Alves de Assis. Foi assim o trajeto de infância, indo de ônibus todos os dias da área rural para a cidade para estudar, pois moravam próximo às margens do Rio Santana.

Ela tem três filhas e está separada há dois anos. Considera o pessoal do assentamento como sua segunda família por terem dado apoio e suporte no momento mais difícil de sua vida.

Building the way

Outra assentada, nascida e criada em Itaberaí só fez sexto ano, mas pretende estudar futuramente e gosta muito de ler livros, e está lendo um livro chamado “O poder da escolha”. A lida cotidiana é cuidar das obrigações de casa, das crianças e dos animais domésticos, para depois ir para a casa das vizinhas e, segue para as hortas do assentamento, por não tem energia ela às vezes sente falta de ver tv. Só tem acesso às notícias através de rádio. Ela ainda tem o sonho de fazer faculdade.

Narrativas como essa são cada vez mais comuns em acampamentos e assentamentos de reforma agrária. A falência dos projetos de vida na cidade, assim como a violência a que os pobres são submetidos cotidianamente nas cidades e nos campos, tem levado os sujeitos aos movimentos sociais. Os assentamentos representam, nesse contexto, não apenas um lugar de morada, mas um outro projeto de ser e estar no mundo.

Considerações finais

Se o papel do cientista é, como afirma Ruy Moreira nas conferências que participa, apresentar outras leituras de mundo, o trabalho que aqui se apresenta cumpriu o seu propósito: narrar o espaço a partir das experiências de sujeitos cujos corpos denunciam a violência concreta e simbólica desta sociedade de classes. Sujeitos que buscam nas práticas cotidianas recuperar valores que, ou sustentaram suas existências desde o princípio, ou se colocam fundamentais para a fundação de um outro modo de existir.

Building the way

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Papirus Editora, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. " **No rancho fundo**": espaços e tempos no mundo rural. EDUFU, 2009.

CHAVEIRO, Eguimar F.; BARREIRA, Celene C. M. A. **Cartografia de um pensamento de Cerrado**. In: Cerrados: perspectivas e olhares. Goiânia: Ed. Vieira, 2010. p. 15-35.

CASTILHO, Denis; CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Por uma análise territorial do Cerrado**. In: Cerrados: perspectivas e olhares. Goiânia : Editora Vieira, 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política**. Consequência, 2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.